

Carta de lei

D. João, por graça de Deus e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretaram e eu sanectionei a lei seguinte:

As côrtes deeeretam o seguinte programma:

1.º É convidado qualquer sabio portuguez para offerecer um projecto de código commercial, ou seja separado, ou comprehendido no projecto do código civil.

2.º Os concorrentes remetterão seus projectos de maneira que possam ser apresentados ás côrtes na sessão do 1.º de dezembro de 1824, fiando este termo improrogavel. Os nomes dos auctores virão lançados em carta fechada com a epigraphie do projecto.

3.º As côrtes mandarão logo crear uma commissão de fóra, composta de quatro negociantes matriculados, e de tres letrados, escolhidos uns e outros pelos negociantes das praças de Lisboa e Porto, a fim de interpor seu juizo sobre cada um dos projectos apresentados.

4.º Com a consulta da commissão de fóra, serão os projectos remettidos á commissão interior de commercio para dar ácerca de tudo seu parecer dentro d'aquella sessão da legislatura, cujo espaço se dividirá igualmente entre uma e outra commissão.

5.º Logo que se decidir qual é o projecto digno de premio, e quaes os dois que merecem as honras do *accessit*, serão abertas as cartas correspondentes para se publicarem os nomes de seus auctores, e as outras logo queimadas sem se abrirem.

6.º O premio consistirá em 8:000\$000 réis pagos pelo thesouro publico em meçadas de 200\$000 réis, e em uma medalha do valor de 50\$000 réis, de que o auctor do projecto poderá usar nos dias de festividade nacional, e terá de um lado a figura da Lusitania com os emblemas do commercio, e do outro a seguinte legenda: «Ao auctor do projecto do código do commercio — A patria».

7.º Os auctores dos dois projectos que alcançarem a honra do *accessit*, se os houver, terão metade do premio pecuniario, pago pela mesma fórma.

Lisboa, paço das côrtes, 25 de fevereiro de 1823.

Portanto mando a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da mencionada lei pertencer, que a cumpram e executem tão inteiramente como n'ella se contém. O secretario de estado dos negocios do reino a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio da Bemposta, aos 14 de fevereiro de 1823.== EL-REI, com guarda.== *Filippe Ferreira de Araújo e Castro.*

*

Na primeira parte da ordem do dia o secretario José Caelanio de Paiva Pereira leu este

Parecer

A commissão encarregada do exame da proposição de 21 de março do anno passado, relativa a arbitrarem-se premios aos auctores de projectos dos codigos de legislação e que voltou da camara dos dignos pares com uma emenda, empenhou-se em examinar com todo o cuidado e circumspecção a mesma emenda, e tem hoje a honra de vir expor o resultado dos seus trabalhos.

Consiste esta emenda sómente em desapprovarem os premios que esta camara propoz para os projectos que merecessem o 1.º e 2.º *accessit*, e persuade-se a commissão que ella foi só persuadida pelo desejo de economia do thesouro, a quem seria pesada tanta despesa; mas quando as despesas são indispensaveis para se conseguir um fim que se deseja, a economia d'estas despesas é o primeiro estorvo que se oppõe a conseguir-se o mesmo fim.

Para que qualquer juriconsulto se abalanee á difficil, delicada e ardua empreza, a que é convidado, necessario é que seja tentado pela esperanza de um premio condigno; mas esta esperanza diminuo-se muito quando um só premio se propõe e se augmenta na proporção que o seu numero cresce; e consequentemente a recompensa proposta pela camara dos dignos pares não offerece sufficientes estimulos como aquella que é promettida na proposição original, e o juriconsulto tentado a emprender este trabalho, muito mais facilmente se resolverá á vista de um de tres premios, do que não havendo mais que um só.

Demais, os projectos que apparecerem poderão muito facil e provavelmente não merecer a approvação proposta, merecendo contudo a do *accessit*: podem até não merecer esta, nem aquella. E d'aqui resulta, por uma parte, que a despesa do thesouro não é tão certa como parece á primeira vista e que, longe de se fazer uma maior despesa, muito provavelmente esta será ainda muito menor; por outra parte que o comprehendedor se desanima ainda mais vendo desaparecer essa

mesma proposta recompensa. E, finalmente, que d'esses trabalhos offerecidos por seus auctores alguma consa se póde e é mui provavel se aproveite, e porque não ha de então a nação agradecer e recompensar esses trabalhos, que não foram de todo inuteis?

Em vista d'isto a commissão não póde concordar em que se approve a emenda da camara dos dignos pares, e suppõe que esta deve julgar a sua proposição vantajosa.

Por esta occasião cumpre notar que o praso estabelecido, quando se expediu a proposição até o dia 10 de janeiro de 1829, vai mais de meio consuetudo, e que em tal caso não resta tempo sufficiente para tão ardua empreza. Precisa-se, portanto, reformar este periodo, assignando o de dois annos a correr desde a publicação da presente lei.

Esto o parecer da commissão, que a camara resolverá com a costumada circumspecção.

Camara dos deputados, 7 de março de 1828. — *Francisco Soares Franco* — *Cuetano Rodrigues de Macillo* — *Antonio Vieira de Tovar*. — *Vicente Nunes Cardoso* — *Antonio Marciano de Azevedo* — *Francisco Vanzeller*.

Depois de breve discussão o vice-presidente submetteu a votos o parecer até ao ponto em que rejeita a emenda da camara dos pares, e ficou approved; quanto, porém, ao praso estabelecido propoz Antonio Camello Fortes de Lima que qualquer alteração do tempo, como se tornava necessario, fosse objecto de uma nova proposta, e assim se decidiu, bem como convocar commissão mixta.

O mesmo secretario acima referido deu conta da seguinte correspondencia enviada pelo ministro dos negocios da fazenda.